

MAÇOS, LATAS E SOFTWARES

O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS RECONFIGURAÇÕES

PAPER CASES, METAL BOXES AND SOFTWARES

THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO AND ITS RECONFIGURATIONS

MARCELO QUINTANILHA MARTINS | Graduado em economia e história. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO

O artigo procura refletir sobre o conceito de reconfiguração para compreender as transformações ocorridas no Arquivo Público do Estado de São Paulo e em outros arquivos, uma vez que os problemas dos arquivos no Brasil tendem a ser tratados de forma genérica, sem uma adequada contextualização. Por acreditar que a história produz um conhecimento essencial para nos posicionarmos no presente, o artigo propõe uma reflexão que ajude a entender o arquivo como uma prática de Estado e do conjunto da sociedade.

Palavras chaves: arquivos; história; Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The paper discusses the concept of reconfiguration to understand the changes in the Arquivo Público do Estado de São Paulo and in others archival institutions. In doing so, it argues that problems of archives in Brazil are normally treated generically, without adequate contextualization. Considering that history produces essential knowledge for acting in the present time, the article proposes a reflection that help us understand the archives as a practice of state and society as a whole.

Keywords: archives; history; Arquivo Público do Estado de São Paulo.

RESUMEN

El artículo nos invita a hacer una reflexión sobre el concepto de reconfiguración para entender los cambios ocurridos en el Arquivo Público do Estado de São Paulo y en otros archivos, considerando que los problemas de los archivos en Brasil tienden a ser tratados de manera genérica, sin una contextualización adecuada. Creyendo que la historia produce un conocimiento esencial para situarnos en el presente, el artículo propone una reflexión que ayude a entender el archivo como una práctica de Estado y de la sociedad como un todo.

Palabras clave: archivos; historia; Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A transição do regime de *Apartheid* para um regime democrático, na África do Sul, não foi dos mais pacíficos, porém mobilizou um amplo debate institucional. Vários órgãos públicos tiveram que se adaptar à nova realidade, entre eles o State Archive Service (SAS).¹ Era notório que o arquivo estatal sul-africano não guardava documentos que registrassem ações ilegais do Estado, muito menos documentos dos partidos que lutavam contra o *Apartheid*. Durante a transição do regime, o SAS destruiu sistematicamente documentos públicos, incluindo aqueles confiscados de pessoas e organizações que faziam oposição ao regime (Harris, 2002). No entanto, a democratização da sociedade abriu um novo diálogo com a memória. Milhares de documentos foram trazidos do exílio e outros milhares de depoimentos foram gravados para preencher uma lacuna varrida dos arquivos (Williams; Wallach, 2007). Toda essa operação delicada desaguou numa renovação dos arquivos na África do Sul, que recebeu o nome de “reconfiguração” (Hamilton et al., 2002).

Reconfigurar é dar uma nova forma a algo. É transformar, adaptar, dar novo feitiço a uma estrutura preexistente, ajustando as características de um componente, de modo a permitir que este funcione harmoniosamente com os demais elementos a que está conectado. No caso dos arquivos, é dar um sentido novo a uma atividade antiga e de ordem prática em resposta às demandas do presente. É justificar porque os arquivos fazem o que fazem e em benefício de quem.

Nossa intenção aqui não é discutir os arquivos sul-africanos ou a construção de uma memória coletiva pós-*Apartheid*, mas refletir sobre a ideia de reconfiguração dos arquivos. Pensar até que ponto este conceito é válido para compreendermos as transformações ocorridas no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e em outros arquivos, uma vez que os problemas dos arquivos no Brasil tendem a ser tratados de forma pontual e genérica, sem uma adequada contextualização. Por acreditar que a história, mesmo com suas limitações, produz um conhecimento essencial para nos posicionarmos no presente, propomos uma reflexão que nos ajude a entender o arquivo como uma prática de Estado e do conjunto da sociedade, reconhecendo que eles não estão a salvo das crises, do abandono e da incerteza, como também não estão a salvo da imaginação, da inovação e da ação.

A história de todo arquivo se confunde com o lento processo de formação e sedimentação do seu acervo. O acervo que justificou a criação do Arquivo Público do Estado de São Paulo nasceu com a criação da capitania em 1720, pelas mãos de um secretário que tinha como atribuições básicas organizar os papéis que vinham do Reino, bem como os que para lá seguiam, fazendo a expedição, tramitação e registro de toda a documentação produzida ou recebida pelo capitão general, além de dar publicidade aos atos do governo. Desde o século XVII, cada governador de capitania tinha um secretário letrado, nomeado por ele ou pelo rei, com a incumbência de manter em boa ordem o arquivo, fornecer certidões e assessorar burocraticamente o governante (Melo, 2006).

1 O SAS foi convertido em National Archives em 1º de janeiro de 1997, após a publicação do National Archives Act n. 43, de 1996.

O primeiro inventário dos regimentos, provisões, leis e cartas reunidos pelo secretário da capitania data de 1721. Listados no inventário estão vinte livros e 71 maços de documentos avulsos, incluindo cartas de Sua Majestade. O inventário termina com um termo de conferência firmado em 27 de fevereiro de 1749, na vila de Santos, perante dois tabeliães.² Extinta a capitania em 1748, os livros de registro e demais documentos foram lacrados em arcas, sendo parte encaminhada para o Rio de Janeiro e parte entregue ao governador da praça de Santos. Restabelecida a capitania em 1765, reuniu-se novamente a documentação que foi possível arrecadar e organizou-se um arquivo nos baixos de um antigo colégio jesuíta, tomado pela Coroa para servir como sede do governo (Bellotto, 2010).

Nos arquivos preservavam-se direitos, contratos e obrigações. Há muito tempo Espanha e Portugal haviam criado arquivos centrais para custodiar os documentos de interesse da Coroa, controlando as mercês, a distribuição de terras e o império além-mar. Os reis tinham o arquivo como um importante instrumento de governo. A guarda de títulos, privilégios, leis e documentos administrativos permitiu às monarquias impor um projeto político centralizador, cercando os arquivos de cuidados. Era expressamente proibido ler ou copiar papéis dentro do arquivo sem autorização direta do rei. Esse modelo de arquivo se perpetuou em vários países até a Revolução Francesa modificar as estruturas dos principais arquivos da Europa (Oliveda, 2010).

Com o fim do Antigo Regime, os arquivos deixaram de ser entidades a serviço do monarca para se transformarem em arquivos da nação. Ao mesmo tempo, grande parte da documentação acumulada pelos reis perdeu seu valor administrativo, passando a constituir um novo tipo de arquivo, de caráter eminentemente histórico e de livre acesso aos cidadãos. Essa mudança marcou profundamente a atividade arquivística, criando uma separação entre arquivos históricos e administrativos, entre fundos de valor histórico e fundos para gestão (Posner, 2006; Moore, 2008).

Distante da França, o arquivo da capitania de São Paulo cresceu de forma natural e rotineira, tornando-se, a partir do decreto imperial de 20 de outubro de 1823, arquivo corrente da Secretaria de Governo da Província. O livro de protocolo da Secretaria indica que, após a separação de Portugal, o expediente continuou normalmente, assegurando o armazenamento e a acumulação dos documentos que davam suporte administrativo ao governo.³ Em 1842, o barão de Monte Alegre sancionou uma lei criando um arquivo público em São Paulo, inspirado nos arquivos europeus. A lei determinava a guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos, com a finalidade de construir um lugar de abrigo de “tudo que possa interessar à história da província”.⁴

2 Inventário dos papéis e livros existentes na Secretaria de Governo, criada a 5 de setembro de 1721. Livro n. 259. C00445. APESP.

3 Livro de despachos proferidos pela Secretaria de Estado Interino (1822-1823). Livro de Porta n. 8. C00435. APESP.

4 Lei n. 196, de 8 de março de 1842, art. 6, § 3.

A ideia, porém, não frutificou. Alegando falta de recursos e outras prioridades, o presidente da província não colocou a lei em prática, mas reconheceu a existência dentro do arquivo de um conjunto de documentos “preciosos para a história”, que lamentavelmente continuariam “entregues ao pó e as traças”.⁵ Assim, o arquivo provincial permaneceu submerso na administração, acumulando documentos em prateleiras de madeira, juntados em maços e classificados por assunto, localidade e data. O acesso ao arquivo era considerado um privilégio, algo que precisava ser justificado e solicitado ao presidente da província.

Em 1881, o presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito, alertou que em pouco tempo o “antigo e valioso arquivo da Secretaria” estaria imprestável. “Amontoados em uma das salas do pavimento térreo, sem luz, sem ar e sujeitos a ação de abundante umidade, já muitos documentos estão inutilizados”, justificou o presidente no seu pedido de recursos para a remoção, acondicionamento e organização do acervo.⁶ Escrevendo em 1888, o então secretário de governo, Estevão Leão Bourroul, atestou ter encontrado o arquivo em boas condições de conservação e asseio. No entanto, fez reparos à organização do acervo e criticou a liberdade com que o arquivo foi franqueado “aos colhedores de documentos e esclarecimentos históricos”, a quem ele culpa pelos desfalques na documentação.⁷

De fato, a primeira reconfiguração do Arquivo só ocorreu em 1889, quando os republicanos depuseram o imperador prometendo uma grande reforma no país. Uma das primeiras providências do governo provisório foi extinguir a Secretaria de Governo, criando quatro secretarias para conduzir o crescimento do estado de São Paulo: a Secretaria da Agricultura, da Fazenda, da Justiça e do Interior, e uma repartição para recolher e guardar toda a documentação do Estado. Criada pelo decreto n. 30, de 10 de março de 1892, a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado assumiu as atribuições da antiga Seção de Arquivo da Secretaria de Governo, instalando-se no pavimento inferior do palácio. Subordinada à Secretaria do Interior, a Repartição ficou incumbida de guardar, organizar e preservar toda a documentação legislativa, administrativa, histórica e geográfica de São Paulo, e de produzir, imprimir e publicar quadros estatísticos das “condições físicas, econômicas e morais do estado de São Paulo”, dando-lhes “a maior publicidade possível”.⁸

O Arquivo do Estado passou então a recolher e processar informação, sistematizando uma prática desenvolvida na capitania. Seguindo ordens dos capitães generais, o arquivo

5 Discurso com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. José Thomas Nabuco D’Araujo, presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852. São Paulo: Tipografia do Governo arrendada, 1852, p. 38.

6 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 13 de janeiro de 1881. Santos: Tipografia a vapor do Diário de Santos, 1881, p. 281; ver também a lei n. 12, de 13 de fevereiro de 1881, que autoriza a remoção, acondicionamento e classificação do arquivo da Secretaria de Governo.

7 Sucinta exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da província, pelo secretário bacharel Estevam Leão Bourroul. São Paulo: Tipografia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888, p. 10.

8 Decreto n. 30, de 10 de março de 1892, capítulo 1, art. 1.

da Secretaria acumulava mapas sobre população, comércio, preços, indústria e produção da capitania. Esses mapas eram estudados por algum técnico, normalmente um engenheiro militar, e transformados em informações factuais para servir à administração.⁹ Essa prática continuou durante o Império, quando foram criadas comissões para tentar regularizar e padronizar a coleta de dados, a fim de coligir os trabalhos estatísticos da província.¹⁰

A Repartição foi estruturada inicialmente em três seções, duas para produzir estatísticas e uma para gerir o arquivo, considerado depósito da “tradição e da história de São Paulo”.¹¹ No comando da Repartição estavam homens que acreditavam na missão das elites, viviam de rendimentos próprios e eram em sua quase totalidade autodidatas que se dedicavam a exaltar o passado paulista. Da pena destes homens, saiu uma narrativa quase mítica de um passado longínquo de grandezas e feitos, que idealizava São Paulo como herdeira de homens que tinham aberto o caminho para a grandeza nacional (Saliba, 2004). Os diretores da Repartição, como não podia deixar de ser, eram membros do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP), inaugurado às vésperas da posse do primeiro presidente civil da República: o paulista Prudente de Moraes (Ferreira, 2002).

Antônio de Toledo Piza, um dos seus mais operosos diretores, garimpou e mandou transcrever centenas de documentos referentes ao passado colonial. Foi ele quem concebeu a ideia de divulgação das fontes históricas relativas ao tempo colonial, direcionando o trabalho dos arquivistas para a seleção, transcrição e publicação de manuscritos antigos. De 1894 até seu falecimento em 1905, Piza publicou a espantosa soma de 43 volumes de transcrições “indispensáveis para a feitura da história da capitania de São Paulo” (Prado, 1915).

No início do século XX, os diretores da Repartição não pensavam em questões teóricas sobre arquivos, mas em ampliar seu acervo. Assim, passaram a ser recolhidos documentos de natureza diversa, obedecendo à lei n. 666, de 6 de setembro de 1899, que mandava remover para o Arquivo do Estado todos os papéis, autos e livros existentes nos cartórios dos escrivães do judicial, oficiais de registro e tabeliães de notas, anteriores ao século XIX. Em pouco tempo o volume de documentos acumulados surpreendeu a administração. Como solução, o governo criou uma comissão para avaliar a massa documental recolhida pelo Arquivo. Munida de poderes para eliminar documentos, a comissão recomendava a publicação dos documentos considerados “interessantes para os costumes e a história de São Paulo”, enquanto mandava incinerar papéis avaliados como “inúteis”. Lendo as atas das reuniões de

9 São exemplos desse tipo de trabalho o *Mapa histórico, político e geográfico da capitania*, elaborado pelo tenente-coronel Daniel Pedro Muller, em 1815 (C00258. APESP), e a *Estatística da imperial província de São Paulo*, elaborada pelo tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, em 1827, e publicada pela Edusp em 2009.

10 Livro de Registro de Ofícios às Comissões Censitárias e Diretoria Geral de Estatística, 1874-75. E00882. APESP. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo: Tipografia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1886, anexo n. 4.

11 Minuta do relatório apresentado ao cidadão dr. Cezario Motta Jr., Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo dr. Antônio de Toledo Piza, diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, em 13 de março de 1894. C09956. APESP.

1906, ficamos sabendo que entre os documentos encaminhados para destruição estavam “ofícios, relações, mapas e atas referentes à escravidão em vários municípios” e “contas das despesas feitas com as epidemias de 1892 e 1893”.¹²

Ao chegar em 1930, observamos que a Revolução forçou uma reestruturação do estado e trocou o comando dos órgãos públicos. Com a extinção da poderosa Secretaria do Interior, a Repartição de Estatística e do Arquivo acabou transferida para a Secretaria de Justiça e depois para a Secretaria da Educação e Saúde Pública, onde teve seu prestígio diminuído. Ela também deixou de ser dirigida por sobrenomes tradicionais, ligados ao IHGSP, para ser dirigida por servidores de carreira, ou em fim de carreira, na sua maioria professores e diretores de ensino da rede pública (Mendes, 1953). Não houve reconfiguração. A Repartição continuou com suas atribuições e modo de trabalho até passar por uma profunda reforma em 1936.

Naquele ano, atendendo à conveniência de uniformizar os trabalhos de coleta, análise e interpretação de dados estatísticos no Brasil, o governo estadual instituiu um órgão autônomo para fazer os levantamentos demográficos e os anuários de São Paulo (Motoyama, 2008). Com a medida, a Repartição perdeu verba e funcionários, passando a denominar-se Departamento do Arquivo do Estado. A consequência imediata dessa mudança foi o Arquivo tornar-se uma entidade imersa em serviços de catalogação, fichamento, restauração, transcrição de documentos antigos, embora uma parte considerável do trabalho continuasse voltada para o fornecimento de certidões, desentranhamento de papéis e recolhimento de documentos. Esse é o “ramerrão de nossa vida cotidiana”, manifestou um dos seus diretores que, inconformado com a mudança, aproveitou o relatório para pedir sua aposentadoria, declarando-se abatido moralmente e inutilizado para o serviço público.¹³

Os relatórios dos anos seguintes dão uma medida das agruras do Departamento, como falta de espaço, quadro de funcionários deficitário, recursos financeiros bastante limitados e dificuldades para obter instalações minimamente adequadas. Sem recursos, o Arquivo definhava, deixando de recolher documentos, produzir boletins e publicar livros. A crise caminhou para um desfecho trágico: em 1944 a Prefeitura de São Paulo pediu a desocupação do prédio onde estava instalado o Arquivo para alargar as avenidas centrais da cidade. O plano do prefeito Prestes Maia previa criar um Centro novo para a metrópole, com arranha-céus, galerias comerciais e cafés elegantes. Uma nova onda modernizadora empurrava o país, norteadada pela ideologia nacional-desenvolvimentista e impulsionada pela ampliação e diversificação das indústrias, especialmente a de materiais de construção (Campos, 2002).

12 Livro de atas dos trabalhos da comissão nomeada pelo senhor doutor secretário do Interior para proceder à seleção dos livros, documentos e mais papéis existentes no Arquivo do Estado de São Paulo (1906-1965). C09965. APESP.

13 Breve memória sobre a vida e as atividades da Repartição no período que vai de 1930 a maio de 1938, apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Meirelles Reis Filho, secretário da Educação e Saúde Pública, pelo diretor da referida Repartição, professor Francisco Azzi. São Paulo: maio de 1938. C09956. APESP.

De certa forma, é significativo que um projeto com olhos fixos para o futuro desprezasse prédios antigos, ruas estreitas e um Arquivo obsoleto que, para alguns, não passava de um “peso morto” da administração pública.¹⁴ A situação de incerteza se arrastou por quase cinco anos, até que no final de 1949 o Arquivo foi desalojado da noite para o dia. Os jornais chamaram a ocorrência de “descalabro”, “monstruosidade” e “insânia”.¹⁵ Caminhões da Prefeitura descarregaram dez milhões de documentos em um armazém da Estrada de Ferro Sorocabana, ao lado das dependências da Delegacia de Ordem Político Social, onde ficariam pessimamente acondicionados por anos. Um jornalista da *Folha da Tarde* resumiu o despejo classificando o Arquivo como uma repartição “sem meios de usufruição política”, motivo pelo qual ninguém se incomodava com suas necessidades.¹⁶

A despeito de tudo, o Arquivo do Estado encontrou uma nova identidade. Em 1952, aproveitando os preparativos para a comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, o Arquivo começou uma campanha de divulgação das suas atividades nos rádios e na imprensa, atraindo público para cursos de paleografia, palestras e exposições de documentos.¹⁷ Investiu em publicações inéditas e firmou laços com um grupo de pesquisadores formado por ensaístas e eruditos do porte de Sérgio Buarque de Holanda, que começava a se gestar nas universidades, suplantando os institutos históricos. Um campo amplo de produção científica e intelectual se descortinava numa concepção que buscava libertar-se dos conceitos preestabelecidos, para aprofundar-se cada vez mais no passado em busca de caminhos novos para o futuro (Candido, 1998). Inaugurava-se a fase dos historiadores de profissão. Parece ter sido nesse momento que o Arquivo se reconfigurou como órgão de finalidade estritamente cultural, “uma casa de cultura depositária das nossas tradições históricas”.¹⁸

No ano seguinte, o Arquivo foi transferido para um prédio alugado na rua Antonia de Queiroz, onde funcionara uma antiga fábrica de tapetes. O governo reformou o prédio e a mudança ocorreu de forma planejada. A documentação do acervo permanente foi desinfetada e acomodada em dez mil latas de alumínio, encomendadas para preservar os papéis da ação da umidade, poeira, fogo e da voracidade dos insetos.¹⁹ As etiquetas das latas mantiveram as antigas descrições anotadas nas capas dos maços de documentos. O método de arquivamento priorizava a classificação por período histórico, combinado com o assunto, a localidade e a data. No prédio novo, os funcionários se

14 *Correio Paulistano*, 21 de julho de 1940.

15 *Correio Paulistano*, 10 de dezembro de 1949; *A Gazeta*, 7 de dezembro de 1949; *A Noite*, 27 de dezembro de 1949.

16 *Folha da Tarde*, 21 de agosto de 1951.

17 *Folha da Noite*, 21 de novembro de 1952; *A Gazeta*, 10 de dezembro de 1952; *Folha da Noite*, idem; *O Tempo*, 14 de outubro de 1953.

18 Minuta do anteprojeto de lei dispendo sobre a reorganização do Arquivo do Estado, elaborada em 1952. C09988. APESP.

19 Livro de Relatórios 1953-1956. C09988. APESP.

especializaram em atender historiadores e selecionar material para seus consulentes de maior prestígio.²⁰

Com a reforma administrativa promovida pelo governo em 1967, o Arquivo passou a subordinar-se à recém-criada Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, como um centro de estudos históricos, procurado por alunos e professores de escolas superiores e ginásios (Amaral, 1974). No entanto, o contato direto com historiadores profissionais produziu mudanças significativas no Arquivo. Associações de historiadores passaram a atuar mais diretamente dentro dos arquivos, proclamando a importância dos acervos históricos e denunciando a “destruição sistemática e constante do nosso patrimônio histórico e cultural”.²¹ Nesse momento, a produção historiográfica brasileira vivia um período de intensa produtividade. O crescimento do sistema de pós-graduação, a partir da década de 1970, ampliou a busca por fontes documentais e arquivos organizados. A criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro, e do Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas, foram respostas a estas demandas (Santos, 2008).

Ao mesmo tempo, tomava impulso uma mobilização pela modernização dos arquivos no Brasil. Um grupo de acadêmicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, inspirados por José Honório Rodrigues e pelo norte-americano T. R. Schellenberg, propunha uma revisão do trabalho arquivístico em relação à organização dos fundos e, sobretudo, à gestão documental. Em 1975, o secretário da cultura José Mindlin convidou o historiador e escritor Francisco Assis Barbosa para dirigir e elaborar um plano de reestruturação do Arquivo do Estado. Barbosa deixou o Arquivo um ano depois, sendo substituído pelo professor José Sebastião Witter, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Em 1978, o professor Michel Duchein, responsável pelos Arquivos da França, recebeu um convite para visitar São Paulo. Duchein elogiou o entusiasmo dos estudantes e as experiências desenvolvidas dentro do Arquivo, mas ressaltou que enquanto não houvesse uma legislação regulamentando os arquivos no Brasil, o desenvolvimento da instituição, carente de técnicos e espaços adequados para as suas atividades, continuaria travancado (Duchein, 1978).

No início dos anos de 1980, tornou-se evidente que o fim da ditadura e a construção de uma sociedade democrática remetiam à definição dos contornos da cidadania, dos canais de participação e expressão política, e da relação entre a esfera pública e privada. Naquele momento, combinavam-se dois fenômenos: a crise do regime autoritário e a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista. Era preciso atacar os problemas históricos do país, e os arquivos constituíam um sintoma destes problemas. Em 1983, o Conselho do Departamento de História da USP enviou um manifesto ao governador eleito Franco Montoro, defendendo

20 Minuta da conferência realizada por Maria Regina da Cunha Rodrigues, funcionária antiga do Arquivo do Estado, no salão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 19 de maio de 1961. C09962. APESP.

21 *O Estado de São Paulo*, 9 de novembro de 1976; *Seminário Arquivos e História*, 21 a 25 de novembro de 1977. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

a permanência do professor Witter na direção do órgão e destacando a “importância do Arquivo Público na reconstrução do processo histórico brasileiro”. O manifesto foi acompanhado de um abaixo assinado de diversas personalidades da sociedade civil.²²

Naquele ano, o governador Montoro instituiu uma comissão especial de estudos, integrada por representantes do Arquivo do Estado, técnicos e especialistas de diversas áreas, para apresentar um projeto de redução da massa documental acumulada nas diversas repartições do Estado, salvaguardando as informações essenciais à administração e os documentos de interesse à memória.²³ Em 1984, o governador assinou o decreto criando o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. O diretor do Arquivo, o professor Witter, comemorou a medida, afirmando que ela “reformularia o entendimento do papel efetivo” da instituição como “retaguarda da máquina governamental, como guardião da documentação transitória e depósito de cultura permanente”, criando condições para o Arquivo do Estado ocupar sua “verdadeira e correta posição dentro da vida nacional”.²⁴ Vivia-se, então, um momento de euforia e participação, marcado pela luta em prol da redemocratização da sociedade.²⁵

Treze anos depois, a despeito da crise econômica e dos cortes orçamentários que paralisaram os trabalhos dentro do Arquivo e praticamente dissolveram suas equipes, o novo diretor da instituição escreveu que “os arquivos públicos não são apenas instituições voltadas para a preservação de peças de valor histórico cultural. Diferente dos museus, cuja feição é fundamentalmente cultural, a natureza dos arquivos públicos é precipuamente funcional, integrados na estrutura administrativa do Estado e servindo às ações de governo”. A finalidade dos arquivos, insistia o diretor, era “a de servir à administração, resguardando o direito constitucional de livre acesso à documentação” para permitir o exercício pleno da cidadania.²⁶

A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, veio garantir o desejado acesso à informação, explicitado mais tarde na lei federal n. 8.159/91, que atribuiu ao poder público o dever de zelar pela preservação do patrimônio documental, colocando-o ao alcance de todos para dar transparência à ação do governo e, com isso, contribuir para o fortalecimento da democracia. Na prática, a lei resultou no recolhimento do arquivo do extinto Departamento de Ordem Político Social de São Paulo (DEOPS). Transferido para a Polícia Federal em 1983, numa tentativa de mantê-lo longe do olhar público, o acervo do DEOPS foi recolhido pelo Arquivo

22 Cópia do manifesto de 28 de janeiro de 1983 e do abaixo assinado de fevereiro do mesmo ano. C09954. APESP.

23 Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na capital. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1987.

24 José Sebastião Witter, supervisor do Arquivo do Estado. *A problemática dos arquivos do estado de São Paulo*. São Paulo: 1985, p. 28. C10009. APESP.

25 André Franco Montoro, governador do estado de São Paulo. *Quarta mensagem anual à Assembleia Legislativa*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1986.

26 Sinopse do relatório anual de 1997, feito para integrar o relatório geral do governo do estado na abertura da sessão legislativa de 1998.

do Estado em 1991, no rastro de um prolongado debate (Camargo, 2009). Pela primeira vez, o Arquivo do Estado recebia um acervo sensível para a história recente. Naquele momento, a missão do Arquivo parecia clara: resgatar a memória de anos de autoritarismo em parceria com estudantes e professores da USP (Kossoy et al., 2006).

No entanto, as condições do Arquivo permaneciam extremamente precárias. Os contratos de trabalho eram temporários, não havia um corpo de funcionários estável e os recursos mantinham-se escassos. Estabeleceu-se então um debate entre os funcionários para discutir o futuro da instituição. Questionou-se abertamente o lugar do Arquivo dentro da Secretaria da Cultura e elaboraram-se propostas para transformar o Arquivo em uma fundação ou transferi-lo para outra secretaria. Em 2007, o Arquivo do Estado foi recebido de “braços abertos” pela Casa Civil.²⁷ Em boa medida, a integração na estrutura da Casa Civil confirmou a nova reconfiguração assumida pelo Arquivo do Estado. Essa reconfiguração, a exemplo de todas as outras, descortinou o duplo papel da instituição como testemunha de ações passadas e dispositivo do presente. Nesse aspecto, o Arquivo não perdeu seu caráter singular de repositório dos documentos acumulados pelas atividades desenvolvidas pelo Estado, mas teve seu sentido reelaborado para dialogar com as mudanças do presente. De órgão exclusivamente administrativo a “depósito da história” e, mais tarde, difusor cultural e instrumento de democratização do Estado, o Arquivo foi sendo reconfigurado para se adaptar às transformações sociais, e de relação do Estado com a sociedade. Perdeu a parte concernente à produção estatística, mas passou a fornecer transparência e alargou os direitos do cidadão, dando um novo sentido às suas atividades.

Nesse itinerário de transformações e reconfigurações muita coisa mudou. Mudaram as leis, os regimes políticos e a conformação da cidadania. O passado perdeu espaço para o presentismo, em face de um futuro ameaçador e incerto (Hartog, 2003). O acúmulo de maços, representando o controle dos atos escritos e das informações essenciais para a administração, deu lugar às latas criadas para proteger o passado e, há bem pouco tempo, aos *softwares* de descrição arquivística normatizada, para onde os maços de documentos começaram a migrar com o objetivo de democratizar o acervo para um público mais amplo do que o jamais imaginado antes, transformando o que estava encerrado em prateleiras em informação *online*.

Se admitirmos que os arquivos estão sujeitos às reconfigurações, seja para se adaptar às transições políticas, seja para construir um novo significado para as suas atividades, estaremos revendo a imagem dos arquivos como instituições passivas, estáveis e abrigadas do tempo. Se aceitarmos que os arquivos podem ser reconfigurados para revitalizar seu papel na sociedade, estaremos admitindo que os arquivos são também lugares de expressão da criatividade humana. Ainda assim, devemos reconhecer que em um nível mais profundo os arquivos continuam fazendo o que sempre fizeram: criar um chão para o presente.

²⁷ Expressão usada pelo secretário da Casa Civil, Aluísio Nunes Ferreira, antigo líder do governo Montoro na Assembleia Legislativa, ao acolher o arazoado de parte dos funcionários e do novo coordenador do Arquivo, o professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, da USP, cujo início da carreira se deu como estagiário e depois responsável pela documentação permanente do Arquivo do Estado.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo; Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 1974.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Razões de Estado: a extinção e os primórdios da restauração da capitania de São Paulo (1748-1775). In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 – São Paulo: Colônia e Império. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell et al. (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- DUCHEIN, Michel. *Organisation des archives: rapport établi à l'intention du Gouvernement de la République fédérative du Brésil par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture*. Paris: Unesco, 1978.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.
- HAMILTON, Carolyn et al. (ed.). *Refiguring the archive*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- HARRIS, Verne. They should have destroyed more: The destruction of public records by the South African State in final years of Apartheid, 1990-1994. In: COX, Richard J.; WALLACE, David A. *Archives and the public good: accountability and records in modern society*. Westport: Quorum Books, 2002.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, 1º semestre 2003.
- KOSSOY, Boris et al. (org.). *Proin: Projeto integrado Arquivo do Estado e Universidade de São Paulo: 10 anos de pesquisas*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2006.
- MELO, Josemar Henrique de. *A ideia de arquivo: a Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809)*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Documentais), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- MENDES, Ubirajara Dolácio. *Pequeno histórico e prontuário do Departamento do Arquivo do Estado*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo; Secretaria da Educação, 1953.

MOORE, Lara Jennifer. *Restoring order: The Ecole des Chartes and the organization of Archives and Libraries in France, 1820-1870*. Duluth (US): Litwin Books, 2008.

MOTOYAMA, Shozo et al. *SEADE: uma história exemplar*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

OLIVEDA, Alfonso Dávila. *Los Archivos del Estado*. Gijón: Ediciones Trea, 2010.

POSNER, Ernest. *Archives and the public interest: select essays by Ernest Posner*. Chicago: The Society of American Archives, 2006.

PRADO, Armando. Antônio de Toledo Piza. In: ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*, v. 44. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., p. 3-24, 1915.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Paz e Terra, p. 555-587, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. 2008. Tese (Doutorado), Departamento de História da USP, São Paulo.

WILLIAMS, Brian; WALLACH, William K. Documenting South Africa's Liberation Movements: Engaging the Archives at the University of Fort Hare. In: BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (ed.). *Archives Documentation and Institutions of Social Memory: essays from the Sawyer Seminar*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007.

Recebido em 8/7/2013

Aprovado em 26/8/2013